

Demonstrações Financeiras

Junho 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre de 2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. faz parte do Grupo CNH Industrial (Grupo), e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentam a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas do Grupo CNH Industrial, e, de acordo com suas políticas de créditos.

Desde janeiro de 2014, o Banco CNH Industrial Capital S.A. presta também serviços financeiros à marca Iveco. Os financiamentos de veículos comerciais e geradores aos clientes e rede de concessionárias Iveco e FPT são prestados através de contratos de parceria estabelecidos com a On-Highway Brasil Ltda. e a FPT Industrial Brasil Ltda.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução BCB nº 54/20, implementou, após a aprovação pelo Conselho de Administração, as políticas institucionais e a estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Gerenciamento de Capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, bem como informações qualitativas e quantitativas, podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com

A seguir, descrevemos um resumo de cada estrutura de riscos:

A) Risco Social, Ambiental e Climático

Atendendo à Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), contendo os princípios e diretrizes que norteiam as ações da Instituição quanto à promoção do desenvolvimento sustentável e responsável nas atividades inerentes ao seu negócio e na relação com as partes interessadas. A política observa os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. também estabeleceu a estrutura de Governança da PRSAC em linha com o porte, natureza do negócio e a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados. A Governança instituída tem como maior objetivo assegurar o cumprimento dos princípios, diretrizes e objetivos estratégicos da Instituição. Seguem as instâncias da estrutura de Governança da PRSAC: Conselho de Administração, Comitê de Riscos, Diretor Responsável pelo Risco Social, Ambiental e Climático e Risco Socioambiental.

B) Risco Operacional

Dentro das diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define o Risco Operacional (RO) como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, bem como o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Nesse sentido, o Banco CNH Industrial Capital S.A. definiu uma estrutura de gerenciamento de RO suportado por procedimentos e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, alocação de recursos capacitados e compatíveis com a complexidade dos negócios da Instituição e definição de funções e responsabilidades, bem como processos consistentes e abrangentes para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do RO.

C) Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, conseqüentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (*commodities*). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o hedge do descasamento de prazos e indexadores do balanço patrimonial do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, por meio de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (*scores*) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *Underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por conseqüência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos vigentes.

E) Risco de Liquidez

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso, define Risco de Liquidez como:

I. A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II. A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 30 de junho de 2024, o Índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 14,00%, 3,5% acima do nível mínimo regulatório considerando o adicional de capital principal (10,5%), conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

Patrimônio líquido exigido

Cálculo do Limite de Imobilização e Índice de Basileia - (R\$ mil)	
Abertura do Coeficiente de Capital Regulatório	jun/24
Patrimônio de referência nível I.....	2.422.583
Capital principal.....	2.422.583
Patrimônio líquido ajustado + subordinada.....	3.167.956
Ajustes prudenciais, conforme Resolução CMN nº 4.192/13.....	(14.754)
Patrimônio de referência de Nível II.....	745.372
Dívida subordinada (3).....	745.372
Patrimônio de referência (a).....	3.167.956
Risco de crédito.....	20.883.342
Risco de mercado.....	365.879
Risco operacional.....	1.376.505
Valor correspondente ao RBAN / IRRBB.....	169.917
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4).....	22.625.726
Patrimônio de referência exigido (RWA).....	1.979.975
- Índice de Basileia.....	14,00%
- Índice de Basileia Ampla (inclui ACP conservação + Risco de Mercado).....	13,25%
Capital Nível I.....	10,71%
Capital principal.....	10,71%
Capital Nível II.....	3,29%
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA).....	9,55%
Margem (PR - PRE).....	10.650.398
Adicional de capital principal mínimo (CP Mínimo).....	565.643
Margem para verificação do adicional de capital principal.....	1.357.897
Adicional de conservação de capital principal.....	565.643
Margem sobre o adicional de capital principal.....	499.397
Margem Patrimônio de Referência.....	622.337

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital são: a) Diretoria Financeira: responsável pelos processos e controles relativos ao gerenciamento de capital; b) FP&A: responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de *Funding*: composto por membros das áreas de Tesouraria, Diretoria Financeira, Presidência do Banco CNH Industrial Capital S.A. e membros da tesouraria da CNH Industrial Brasil Ltda., responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de *Funding* do Banco.

OUVIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução CMN nº 4.860/20, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos das empresas do Grupo CNH Industrial. Dentro desse cenário, 54% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 10% ao segmento de construção e 16% ao segmento de veículos comerciais. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 20% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 28% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do semestre registrou um prejuízo no valor de R\$ 164.891 mil, principalmente devido à elevação de provisão para perdas com crédito. O aumento do custo de risco é decorrente da inadimplência nos segmentos de construção e veículos comerciais, bem como para alguns clientes do segmento agrícola, conseqüência de circunstâncias econômicas que afetaram os mesmos e que impossibilitaram a renegociação de dívida até a data de 30 de junho.

Continuamos confiantes na qualidade do nosso portfólio de crédito, bem como na melhora das taxas de inadimplência que estão temporariamente afetadas pelos impactos econômicos que atingiram nossos clientes.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão para as operações de crédito e arrendamento mercantil era de R\$ 1.715.485 mil representando 6,88% do valor da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. monitora os efeitos decorrentes do evento climático no estado do Rio Grande do Sul e os potenciais impactos em seus resultados. A Instituição adota modelo de perda esperada para provisionamento de operações, que é atualizada periodicamente em funções circunstanciais. Para a data de 30 de junho de 2024, o nível de provisionamento faz jus à exposição dos clientes impactados e não representa efeito material para as demonstrações financeiras da Companhia.

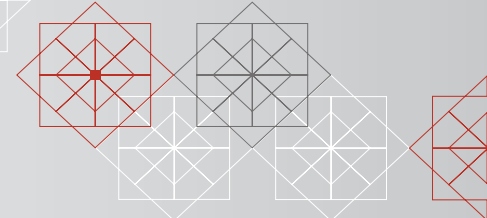
Curitiba, 28 de agosto de 2024.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ATIVO	30/06/2024			31/12/2023			PASSIVO	30/06/2024			31/12/2023		
	Notas			Notas				Notas			Notas		
DISPONIBILIDADES	4	168.692	56				PASSIVOS FINANCEIROS		23.001.136	24.008.836			
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		26.066.189	26.843.001				Depósitos interfinanceiros.....	9	656.126	1.981.240			
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	4 & 5	823.715	1.067.421				Depósitos a prazo.....	9	2.318.393	3.277.428			
Instrumentos financeiros derivativos e TVM.....	7.e	245.874	94.493				Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio.....	10	5.853.023	5.326.275			
Operações de crédito.....	6.a	24.870.242	25.559.693				Obrigações por emissão de letras financeiras.....	10	5.181.014	4.200.436			
Outros ativos financeiros.....	7.a	126.358	121.394				Obrigações por repasses do país - instituições oficiais.....	11	6.731.402	7.055.968			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL		81.999	93.123				Repasse no exterior.....	11	413.979	441.914			
Operações de arrendamento mercantil.....	6.a	81.999	93.123				Instrumentos financeiros derivativos.....	7.e	68.397	194.701			
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS							Dívidas subordinadas elegíveis ao capital.....	7.d	745.372	699.394			
AO RISCO DE CRÉDITO		(1.715.485)	(1.127.680)				Outros passivos financeiros.....	7.a	1.033.430	831.480			
Provisão para perdas em operações de crédito.....	6.a	(1.712.322)	(1.121.956)				OBRIGAÇÕES FISCAIS	7.b	197.573	136.759			
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil.....	6.a	(3.163)	(5.724)				Impostos e contribuições a recolher.....		130.585	114.762			
IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS		944.759	720.260				Obrigações fiscais diferidas.....	12.b	66.988	21.997			
Impostos Fiscais Diferidos.....	12.b & c	944.759	720.260				PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	19	29.048	24.480			
OUTROS ATIVOS	7.c	122.911	79.868				Contingências.....		29.048	24.480			
Despesas antecipadas.....		71.881	71.618				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.458.550	2.455.618			
Outros valores e bens.....		61.076	18.296				Capital social.....	13	2.105.253	2.105.253			
Provisão para desvalorização.....		(10.046)	(10.046)				Reserva de capital.....		113.908	113.908			
IMOBILIZADO DE USO		2.488	2.404				Reserva de lucros.....		191.541	356.432			
Outras imobilizações de uso.....		11.586	11.325				Outros resultados abrangentes.....	20.b	47.848	(119.975)			
Depreciações.....		(9.098)	(8.921)				Total		25.686.307	26.625.693			
INTANGÍVEL		14.754	14.661										
Ativos intangíveis.....	8.a	26.104	24.614										
Amortizações.....	8.b	(11.350)	(9.953)										
Total		25.686.307	26.625.693										



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de ações)

	Notas	1º semestre de 2024	1º semestre de 2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.024.227	1.650.898
Operações de crédito	6.a	1.931.200	1.461.353
Operações de arrendamento mercantil	6.a	46.001	47.050
Operações com aplicações interfinanceiras de liquidez	5	62.633	71.681
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e TVM		(15.607)	70.814
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.207.011)	(1.329.309)
Captações no mercado	7d & 9 & 10	(810.541)	(842.661)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(507.420)	(235.015)
Operações de arrendamento mercantil	6.a	(38.957)	(39.916)
Provisão para perdas com créditos e arrendamento mercantil	6.a	(850.093)	(211.717)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(182.784)	321.589
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(117.674)	(122.350)
Receitas de prestação de serviços		3.948	5.429
Despesas de pessoal		(32.446)	(30.751)
Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas	19	(5.375)	(3.136)
Outras despesas administrativas	14	(71.599)	(70.621)
Despesas tributárias		(28.715)	(32.382)
Outras receitas operacionais	15	16.983	9.228
Outras despesas operacionais	16	(470)	(117)
RESULTADO OPERACIONAL		(300.458)	199.239
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(122)	443
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		(300.580)	199.682
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.a	138.479	(88.372)
Imposto de renda corrente		(107.362)	(98.339)
Contribuição social corrente		(85.858)	(79.050)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		331.699	89.017
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(2.790)	(3.634)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE		(164.891)	107.676
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas		(0,08)	0,06

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	1º semestre de 2024	1º semestre de 2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo)	(164.891)	107.676
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo)	546.783	227.155
Depreciações e amortizações	1.574	1.975
Provisão para ativos não financeiros mantidos para venda	-	(33)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	850.093	211.717
Provisão para perdas em outros créditos	269	-
Provisão para contingências	5.375	3.136
Participações nos lucros	2.790	3.634
Imposto de renda e contribuição social correntes	193.220	177.389
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(331.699)	(89.017)
Diferimento de receita paga antecipada	(174.839)	(81.646)
Varição em ativos e passivos	(451.468)	(882.684)
Redução / (aumento) em instrumentos financeiros derivativos e TVM	42.330	(27.235)
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	438.287	(1.901.286)
Redução / (aumento) em outros créditos	(50.224)	3.064
Redução / (aumento) em outros valores e bens	(43.043)	(14.323)
Aumento / (redução) em depósitos	(2.284.150)	(756.465)
Aumento / (redução) em captação no mercado aberto	1.507.326	2.099.203
Aumento / (redução) em obrigações por empréstimo e repasses	(352.502)	(713.425)
Aumento / (redução) em dívidas subordinadas e outras obrigações	489.800	485.036
Imposto de renda e contribuição social pagos	(199.292)	(57.253)
Caixa líquido originado (consumido) em atividades operacionais	(69.576)	(547.853)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	(261)	34
Alienação / (aquisição) no ativo intangível	(1.490)	(1.789)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(1.751)	(1.755)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	-	400.000
Imposto de renda sobre JSCP pagos	(3.743)	-
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamentos	(3.743)	400.000
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(75.070)	(149.608)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.067.477	893.079
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	992.407	743.471
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(75.070)	(149.608)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	1º semestre de 2024	1º semestre de 2023
Lucro líquido (prejuízo)	(164.891)	107.676
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	167.823	(146.654)
Ajustes de avaliação patrimonial	167.823	(146.654)
Varição de valor justo	320.014	(274.521)
Efeito fiscal	(152.191)	127.867
Total do resultado abrangente	2.932	(38.978)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Notas	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros / Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
	realizado	a realizar		Legal	Outras			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.339.779	87.916	113.908	42.510	320.807	57.812	1.962.732
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	-	-	-	(146.654)	(146.654)
Aumento de capital		487.916	(87.916)	-	-	-	-	400.000
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	107.676	-	107.676
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	5.384	-	(5.384)	-
Reserva - outras		-	-	-	-	102.292	(102.292)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		1.827.695	-	113.908	47.894	423.099	(88.842)	2.323.754
Mutações do semestre		487.916	(87.916)	-	5.384	102.292	(146.654)	361.022
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.084.041	21.212	113.908	49.669	306.763	(119.975)	2.455.618
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	167.823	167.823
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	(164.891)	(164.891)
Compensação de prejuízo		-	-	-	-	(164.891)	164.891	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024		2.084.041	21.212	113.908	49.669	141.872	47.848	2.458.550
Mutações do semestre		-	-	-	-	(164.891)	167.823	2.932

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 4 de janeiro de 1999. Suas atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Está constituído sob a forma de banco múltiplo e autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Está sediado na Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 na Cidade Industrial de Curitiba. O Banco faz parte do Grupo CNH Industrial ("Grupo") e tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas e equipamentos produzidos pelo Grupo, de acordo com sua política de crédito. Atualmente as operações do Banco são realizadas através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor – CDC, operações de arrendamento mercantil, empréstimo de capital de giro, operações de financiamentos em dólar, financiamentos de operações *wholesale* e operações com cartão de crédito. Desde janeiro de 2014, o Banco CNH Industrial Capital S.A. presta também serviços financeiros à marca Iveco. A partir de 1º de dezembro de 2021, após cisão da Iveco em relação ao Grupo CNH Industrial, os financiamentos de veículos comerciais e geradores aos clientes e rede de concessionárias Iveco e FPT são prestados através de contratos de parceria estabelecidos com a On-Highway Brasil Ltda. e a FPT Industrial Brasil Ltda., com vencimento em 31/12/2024, prorrogável automaticamente por mais 36 meses, exceto se houver notificação entre as partes com antecedência mínima de 12 meses.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN. Adicionalmente, a partir de agosto de 2020 foram incluídas nas demonstrações financeiras as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/20. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram as contas do Balanço Patrimonial e estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. O Comitê de Auditoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 23 de agosto de 2024.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamento	Descrição	Homologação BACEN
CPC 00 (R2)	Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/21 e BCB nº 120/21
CPC 01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/21
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02/20
CPC 05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/20
CPC 10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/11
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/21
CPC 24	Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/20
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/09
CPC 28	Propriedades para Investimentos	Resolução CMN nº 4.967/21 e BCB nº 170/21
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/20
CPC 41	Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02/20
CPC 46	Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/21
CPC 47	Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/21 e BCB nº 120/21

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Em novembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, e o Banco CNH Industrial Capital S.A. iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação.

Em dezembro de 2021, foi publicada a Resolução CMN nº 4.975, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 e o Banco CNH Industrial Capital S.A. iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (I) Das transações que não envolvem caixa;
- (II) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- (III) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("*hedge*") podem ser classificados como:

- I - "*hedge*" de risco de mercado; e
- II - "*hedge*" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "*hedge*" e os respectivos objetos de "*hedge*" são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:

1. Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no semestre; e
2. Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados a valor de mercado e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente. A parcela efetiva, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e demais variações são apropriadas em receita ou despesa "*pro rata*" até a data do balanço.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

Mensuração do valor justo

A determinação do valor justo de um ativo ou passivo financeiro pode prever o uso de três classificações quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamados níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis significativos).

e) Operações de crédito

As operações de crédito são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "*pro rata temporis*" até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando efetivamente recebidas, independente do seu nível de classificação de risco. Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como títulos de créditos a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas.

g) Ativos não financeiros mantidos para venda

Está representado por ativos não financeiros mantidos para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário. Já os ativos retomados são registrados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do ativo, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

De acordo com a Resolução BCB nº 02/20, artigo 2º, §3º, as operações de arrendamento mercantil passam a ser apresentadas pelos saldos de valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato e pela provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. No cálculo do valor presente é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, quando não há previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual, incluindo o valor residual garantido.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e passivo não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "*pro rata temporis*".

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas "*pro rata temporis*" até a data do balanço.

As obrigações são registradas em contas específicas do passivo e atualizadas de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a essas operações tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que a operação foi denominado) são contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

m) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

n) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20%.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Impostos Fiscais Diferidos" no ativo e "Obrigações Fiscais" no Passivo, e refletidos no resultado do exercício e/ou outros resultados abrangentes. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

o) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros, incluindo instrumentos derivativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) as taxas de amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) tributos diferidos; e (vi) créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito e arrendamento mercantil. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

p) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações do Banco pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício/semestre, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O lucro líquido (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do resultado ajustado atribuído aos detentores de ações do Banco pela: (a) quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício/semestre; e (b) mais a quantidade de ações que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações.

q) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/20, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

- I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA)

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	168.692	56
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	823.715	1.067.421
Total	992.407	1.067.477

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2024	31/12/2023
Total circulante	424.812	213.384
Aplicações em depósitos interfinanceiros	424.812	213.384
Operações compromissadas.....	398.903	854.037
Total	823.715	1.067.421

As aplicações interfinanceiras e compromissadas estão remuneradas à taxa média de 101,91% do DI/SELIC, em junho de 2024 (102,34% em junho de 2023) com liquidez diária e vencimento em até 3 meses. Em 30 de junho de 2024, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez, no montante de R\$ 62.633 (R\$ 71.681 em 2023).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, TÍTULOS DE CRÉDITOS A RECEBER E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	30/06/2024	31/12/2023
Ativo circulante	2.052.316	2.044.684
Repasses no país - BNDES FINAME.....	155.088	105.972
Repasses no exterior	5.643.204	4.943.042
Empréstimos e financiamentos	3.923.429	5.404.583
Títulos de créditos a receber *.....	35.775	37.701
Arrendamento mercantil	11.809.812	12.535.982
Subtotal	11.809.812	12.535.982
Ativo não circulante	5.016.762	5.047.456
Repasses no país - BNDES FINAME.....	269.567	329.088
Repasses no exterior	7.809.876	7.684.844
Empréstimos e financiamentos	-	24
Títulos de crédito a receber.....	46.224	55.422
Arrendamento mercantil	13.142.429	13.116.834
Subtotal	24.952.241	25.652.816
Total	23.236.756	24.525.136
Ativo circulante	(832.267)	(537.441)
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(832.267)	(537.441)
Provisão para arrendamento mercantil	(1.492)	(2.593)
Subtotal	(833.759)	(540.034)
Ativo não circulante	(880.055)	(584.515)
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(880.055)	(584.515)
Provisão para arrendamento mercantil	(1.671)	(3.131)
Subtotal	(881.726)	(587.646)
Total	(1.715.485)	(1.127.680)
Total geral.....	23.236.756	24.525.136

Receita (despesa) de operações de crédito e de arrendamento mercantil

	30/06/2024	30/06/2023
Operações de crédito	1.931.200	1.461.353
Receita de operações de arrendamento mercantil.....	46.001	47.050
Despesa de operação de arrendamento mercantil	(38.957)	(39.916)
Provisão para perdas com créditos e arrendamento mercantil.....	(850.093)	(211.717)
Total	1.088.151	1.256.770

* O saldo de Títulos de créditos a receber com partes relacionadas em 30 de junho de 2024 totaliza R\$ 32.584 (Nota 17). O montante de R\$ 158.337 refere-se a créditos adquiridos com direito de regresso à contraparte.

b) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	30/06/2024	31/12/2023
SETOR PRIVADO		
Rural.....	13.831.820	13.036.508
Indústria.....	620.558	581.204
Comércio.....	4.433.322	5.159.205
Serviços.....	6.061.131	6.872.362
Pessoa física.....	5.410	3.537
Total da carteira	24.952.241	25.652.816

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco

Nível de risco	30/06/2024				31/12/2023			
	Em curso normal		Vencidos		Total		Total	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA	2.298.895	-	-	-	2.298.895	-	2.847.660	-
A	9.396.147	46.981	-	-	9.396.147	46.981	10.934.363	54.672
B	4.420.405	44.204	381.778	3.818	4.802.183	48.022	5.325.955	53.260
C	3.252.262	97.568	687.804	20.634	3.940.066	118.202	3.733.340	112.001
D	2.368.057	236.806	556.053	55.605	2.924.110	292.411	1.642.544	164.254
E	121.620	36.486	132.885	39.865	254.505	76.351	436.844	131.053
F	70.102	35.051	182.817	91.408	252.919	126.459	147.423	73.711
G	44.720	31.304	208.614	146.030	253.334	177.334	153.193	107.235
H	240.284	240.284	589.798	589.441	830.082	829.725	431.494	431.494
Total	22.212.492	768.684	2.739.749	946.801	24.952.241	1.715.485	25.652.816	1.127.680

d) Movimentação da provisão para perdas com crédito
A movimentação da provisão para perdas com créditos nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas		
Saldo no início do semestre	1.127.680	600.830
Complemento (reversão) da provisão para perdas com créditos	852.382	703.128
Parcela baixada (compensação como prejuízo)	(264.577)	(176.278)
Saldo final	1.715.485	1.127.680

Os créditos recuperados no 1º semestre de 2024 somam R\$ 66.687 (R\$ 31.027 no 1º semestre de 2023) e os créditos renegociados, nesse mesmo período, somaram R\$ 490.657 (R\$ 55.527 em 2023).

e) Concentração de risco de crédito

	30/06/2024	%	31/12/2023	%
Maiores devedores				
10 maiores devedores	1.420.730	6%	1.727.034	7%
20 seguintes maiores devedores	1.563.382	6%	2.064.261	8%
50 seguintes maiores devedores	2.159.994	9%	2.667.671	10%
100 seguintes maiores devedores	2.102.260	8%	2.230.460	9%
200 seguintes maiores devedores	2.129.263	8%	2.063.077	8%
500 seguintes maiores devedores	2.638.539	11%	2.546.923	10%
Acima dos 500 maiores devedores	12.938.073	52%	12.353.390	48%
Total	24.952.241	100%	25.652.816	100%

7. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Outros ativos e passivos financeiros

	30/06/2024	31/12/2023
Outros ativos financeiros – circulante		
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 17)	16.049	33.349
Imposto a compensar	25.913	2.630
Participações pagas antecipadamente	-	2.295
Outros (I)	68.773	76.952
Total	110.735	115.226
Outros ativos financeiros – não circulante		
Devedores de depósito em garantia	5.331	5.105
Imposto a compensar	2.608	3
Outros investimentos	7.684	1.060
Total	15.623	6.168
Total geral	126.358	121.394
Outros passivos financeiros – circulante		
Valores a pagar sociedades ligadas (Nota 17)	187.506	22.495
Sociais e estatutárias	6.429	11.974
Provisão para pagamentos a efetuar	5.145	9.435
Despesas de pessoal	7.504	5.081
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.896	1.261
Outros passivos (II) – sociedades ligadas (Nota 17)	110.844	97.642
Outros passivos (II) – terceiros	166.357	127.500
Total	490.681	275.388
Outros passivos financeiros – não circulante		
Valores a pagar – sociedades ligadas (Nota 17)	-	50.953
Outros passivos (II) – sociedades ligadas (Nota 17)	278.041	262.576
Outros passivos (II) – terceiros	264.708	242.563
Total	542.749	556.092
Total geral	1.033.430	831.480

I. Valor a receber referente à venda de ativos não financeiros mantidos para venda registrado em outros devedores diversos no montante de R\$ 9.352 (R\$ 10.245 em 2023), valores a receber de terceiros referentes a subsídios de taxas de juros de operações de crédito no montante de R\$ 27.820 (R\$ 46.566 em 2023), valores a receber do BNDES referentes a renegociações conforme decreto governamental Intempéries climáticas 2024 no montante de R\$ 35.963 e outros no montante de R\$ 3.322 (R\$ 1.565 em 2023).

II. Valor referente substancialmente às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas das partes relacionadas CNH Industrial Brasil Ltda. e On-Highway Brasil Ltda. e suas redes de concessionárias como subsídio de taxa de juros de operações de crédito, as quais são apropriadas para o resultado, conforme os prazos correspondentes dos respectivos contratos de operação de crédito.

b) Obrigações fiscais e diferidas

	30/06/2024	31/12/2023
Obrigações fiscais – circulante		
Impostos e contribuições a recolher	130.585	114.762
Obrigações fiscais diferidas	1.258	3.614
Total	131.843	118.376
Obrigações fiscais – não circulante		
Obrigações fiscais diferidas	65.730	18.383
Total	65.730	18.383
Total geral	197.573	136.759

c) Outros ativos

	30/06/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Despesas antecipadas (I)	17.485	14.465
Ativos não financeiros mantidos para venda (II)	46.321	-
Total	63.806	14.465
Ativo não circulante		
Despesas antecipadas (I)	54.396	57.153
Ativos não financeiros mantidos para venda (II)	14.755	18.296
Provisão para desvalorizações	(10.046)	(10.046)
Total	59.105	65.403
Total geral	122.911	79.868

I. Refere-se substancialmente à comissão de negociação de títulos e taxa de exclusividade, que são amortizados de acordo com os respectivos vencimentos.

II. Refere-se a ativos não financeiros recebidos em dação de pagamento ou retomados mantidos para venda.

d) Dívidas subordinadas elegíveis ao capital

	30/06/2024	31/12/2023
Passivo não circulante		
Dívidas subordinadas elegíveis ao capital (I)	745.372	699.394
Total	745.372	699.394

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas		
Despesas de dívidas subordinadas	45.978	41.527
Total	45.978	41.527

I. Refere-se a empréstimos caracterizados como "Dívida Subordinada", conforme Resolução CMN nº 4.955/21, com a parte relacionada CNH Industrial Brasil Ltda. realizados no 2º semestre de 2022 no montante de R\$ 300.000, com vencimento em 2032, e realizado em 28 de fevereiro de 2023 no montante de R\$ 300.000, com vencimento em 2033. A taxa aplicada a esses empréstimos é de 125% do DI.

e) Instrumentos financeiros derivativos e TVM

Ativos financeiros	30/06/2024			31/12/2023	
	Circulante até 3 meses	Circulante após 3 meses	Não circulante	Total	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
(Nota 20)	34.508	39.765	151.784	226.057	94.493
Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento (Nota 21)	2.303	17.514	-	19.817	-
Cédula de Produto Rural - Financeira	2.315	17.873	-	20.188	-
(-) Provisão CPRF	(12)	(359)	-	(371)	-
Total	36.811	57.279	151.784	245.874	94.493

Passivos financeiros	30/06/2024			31/12/2023	
	Circulante até 3 meses	Circulante após 3 meses	Não circulante	Total	Total
Instrumentos financeiros derivativos					
	-	4.575	63.822	68.397	194.701
Total	-	4.575	63.822	68.397	194.701

8. INTANGÍVEL

a) Movimentação do intangível

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	24.614	17.393
Adição / (baixa) do período	1.490	7.221
Saldo final	26.104	24.614

b) Movimentação da amortização

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(9.953)	(6.952)
Amortização (líquida de reversão) do período	(1.397)	(3.001)
Saldo final	(11.350)	(9.953)

9. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E A PRAZO

	30/06/2024				31/12/2023	
	Passivo circulante Até 3 meses	Passivo circulante 3 a 12 meses	Passivo não circulante 1 a 3 anos	Passivo não circulante 3 a 5 anos	Total	Total
CDI	342.966	313.160	-	-	656.126	1.981.240
CDB*	2.421	1.280.209	211.151	824.612	2.318.393	3.277.428
Total	345.387	1.593.369	211.151	824.612	2.974.519	5.258.668

A taxa média verificada para as operações de depósitos interfinanceiros e a prazo no semestre foi de 106,84% do CDI (106,68% em 2023). Em 30 de junho de 2024, o Banco apurou uma despesa com depósitos interfinanceiros e a prazo no montante de R\$ 226.211 (R\$ 390.232 em 2023).

* O saldo das operações de CDB com partes relacionadas em 30 de junho de 2024 totaliza R\$ 18.460 (R\$ 13.942 em 2023) (Nota 17).

10. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE LETRAS

	30/06/2024				31/12/2023	
	Passivo circulante Até 3 meses	Passivo circulante 3 a 12 meses	Passivo não circulante 1 a 3 anos	Passivo não circulante 3 a 5 anos	Total	Total
LCA	1.114.826	3.505.617	792.187	440.393	5.853.023	5.326.275
LF	451.225	2.049.029	1.898.508	782.252	5.181.014	4.200.436
Total	1.566.051	5.554.646	2.690.695	1.222.645	11.034.037	9.526.711

A taxa média verificada para as operações de recursos de aceites e emissão de títulos foi de 104,37% do CDI (101,41% em 2023).

Em 30 de junho de 2024, o Banco apurou despesa com operações de recursos de aceites e emissão de títulos no montante de R\$ 538.352 (R\$ 410.902 em 2023).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

	30/06/2024					31/12/2023	
	Passivo circulante Até 3 meses	Passivo circulante 3 a 12 meses	Passivo não circulante 1 a 3 anos	Passivo não circulante 3 a 5 anos	Passivo não circulante Mais de 5 anos	Total	Total
Obrigações por repasses							
– instituições oficiais (I)	388.065	1.420.748	2.548.963	1.644.924	728.702	6.731.402	7.055.968
Obrigações por repasses – exterior (II)	-	132.718	223.021	58.240	-	413.979	441.914
Total	388.065	1.553.466	2.771.984	1.703.164	728.702	7.145.381	7.497.882

	30/06/2024	30/06/2023
Despesa com empréstimo e repasse – instituições oficiais (I)	(433.448)	(253.628)
Despesas com empréstimo e repasse – exterior (II)	(15.546)	(16.847)
Varição cambial	(58.426)	35.460
Total	(507.420)	(235.015)

I. Referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2033 e com encargos à taxa prefixada entre 0,95% e 14,75% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), SELIC, Taxa Fixa BNDES (TFB) ou Taxa Fixa BNDES em Dólar (TFBD) e Taxa de Longo Prazo (TLP), acrescida de juros entre 0,95% e 8,1% ao ano.

II. Referem-se a captações de recursos no exterior em dólar com a CNH Industrial LLC, Banco Itaú S.A. e Banco Santander com taxa média de 6,36%.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(303.370)	196.048
Encargos (Imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 20%, respectivamente	136.517	(88.222)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	1.962	(150)
Efeito de outras adições / exclusões	916	(150)
Outros ajustes	1.046	-
Imposto de renda e contribuição social	138.479	(88.372)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para perdas com créditos (I).....	919.654	585.958
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR) (II).....	1.214	1.048
Provisão para contingências e outros passivos.....	10.407	10.145
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.....	4.521	7.242
COFINS Lei nº 9.718/98.....	2.664	531
Instrumentos financeiros derivativos e outros.....	6.299	115.336
Total do crédito tributário.....	944.759	720.260
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação e instrumentos financeiros derivativos.....	(66.988)	(21.997)
Subtotal.....	(66.988)	(21.997)
Créditos tributários – líquidos.....	877.771	698.263

(I) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil totaliza R\$ 919.654, sendo R\$ 148.712 referente a créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96 (R\$ 585.958 e R\$ 78.502 respectivamente ao período anterior).

(II) Para as perdas de CPRF os créditos totalizam R\$ 1.214 sendo R\$ 1.047 referente à baixa para prejuízo e que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade (R\$ 1.048 referente ao ano anterior).

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2024, atendem aos requerimentos dados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	30/06/2024	31/12/2023
2024.....	69.367	119.597
2025.....	144.997	112.603
2026.....	227.717	180.151
2027.....	261.595	162.274
2028.....	155.400	97.566
2029.....	53.773	27.720
2030.....	19.262	14.642
2031.....	9.651	5.449
2032.....	2.975	258
2033.....	22	-
Total.....	944.759	720.260

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 677.957 (R\$ 509.615 referente ao período anterior).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 2.105.252.737 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 2.091.118.071 ações pertencentes à New Holland Limited com sede no Reino Unido, e 14.134.666 ações da CNH Industrial Brasil Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 21.212 (emissão de 21.212.297 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2023, o qual se encontra em processo de homologação pelo BACEN.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

As outras reservas de lucros referem-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal e a remuneração do capital aos seus acionistas, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Número de ações.....	2.105.252.737	1.827.694.955
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ações (em R\$).....	(0,08)	0,07
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (em R\$ mil).....	(78,32)	68,98

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º semestre de 2024	1º semestre de 2023
Despesas de serviços técnicos especializados (I).....	(18.759)	(13.594)
Despesas de serviços de terceiros (II).....	(12.173)	(7.094)
Despesas de processamento de dados.....	(3.372)	(2.726)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais.....	(7.996)	(5.422)
Despesas de viagens e transportes.....	(869)	(1.290)
Despesas de promoções e publicidade (III).....	(14.571)	(27.252)
Despesa de serviço do sistema financeiro.....	(5.565)	(5.868)
Despesas de amortização e depreciação.....	(1.575)	(1.975)
Despesas de comunicações.....	(122)	(107)
Despesas de manutenção e conservação de bens.....	(2.942)	(2.808)
Despesas com incentivos fiscais.....	-	(18)
Despesas de seguros.....	(1.670)	(1.116)
Despesas de aluguel.....	(1.211)	(805)
Outras despesas administrativas.....	(774)	(546)
Total.....	(71.599)	(70.621)

I. Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 12.198 (R\$ 8.114 em 2023), serviços de análise de crédito R\$ 4.132 (R\$ 4.390 em 2023) e outros serviços técnicos especializados R\$ 2.429 (R\$ 1.090 em 2023).

II. Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 4.494 (R\$ 4.087 em 2023) e serviços de recuperação de bens R\$ 7.679 (R\$ 3.007 em 2023).

III. Referem-se substancialmente a despesas de bônus e comissões comerciais e publicidade, no montante de R\$ 14.319 (R\$ 26.749 em 2023).

15. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	1º semestre de 2024	1º semestre de 2023
Outras rendas operacionais (I).....	11.926	9.228
Recuperação de encargos e despesas (II).....	5.057	-
Total.....	16.983	9.228

I. Referem-se substancialmente à recuperação de custas com assessoria de cobrança.

II. Restituição de COFINS Lei nº 9.718/98.

16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	1º semestre de 2024	1º semestre de 2023
Provisão desvalorização de outros ativos financeiros.....	(355)	-
Outras despesas operacionais (I).....	(115)	(117)
Total.....	(470)	(117)

I. Referem-se substancialmente a despesas de vistorias de bens financiados.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	1º semestre de 2024		1º semestre de 2023	
	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)
Instrumentos financeiros	(132.046)	(960.857)	(95.178)	(957.914)
CNH Industrial Brasil Ltda. (I).....	(45.978)	(745.372)	(48.915)	(699.394)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(1.643)	(12.951)	(1.573)	(26.189)
ON-HIGHWAY Brasil Ltda.	(82)	(5.509)	-	-
CNH Industrial Capital LLC.....	(84.343)	(197.025)	(44.690)	(232.331)
Títulos de créditos a receber	512	32.584	359	56.249
CNH Industrial Brasil Ltda.	512	32.584	359	56.249
Outros ativos financeiros (II)	1.201	16.049	1.045	33.349
CNH Industrial Brasil Ltda.	23	9.543	-	26.605
ON-HIGHWAY Brasil Ltda.	1.178	6.506	1.045	6.744
Outros passivos financeiros	81.415	(576.392)	33.694	(433.665)
CNH Industrial Brasil Ltda. (III).....	73.543	(462.877)	30.238	(365.569)
ON-HIGHWAY Brasil Ltda. (III).....	12.284	(113.515)	7.557	(68.096)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(4.412)	-	(4.023)	-
FIAT Chrysler Rimaco Brasil Corretagens de Seguros Ltda. ..	-	-	(78)	-

(I) Referem-se substancialmente às captações com Dívidas Subordinadas, conforme mencionado na Nota 7d.

(II) Referem-se às receitas de juros a receber e serviços prestados.

(III) Referem-se substancialmente às receitas de juros recebidas antecipadamente e apropriadas para o resultado, de acordo com os prazos dos respectivos contratos, conforme mencionado na Nota 7a.

18. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada semestre bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada semestre, e totalizaram R\$ 3.743 (R\$ 3.735 em 2023). O Banco não proporciona benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Adicionalmente, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a Diretores, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

19. CONTINGÊNCIAS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração. As ações são controladas individualmente e as provisões encontram-se registradas na rubrica de "Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas".

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados e referem-se substancialmente:

Provisão de R\$ 5.166 decorrentes de recebimento referente à restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda, tendo o STF em sessão virtual finalizada em 12/06/2023, no julgamento do RE 609096, com repercussão geral reconhecida (Tema 372), decidido que as receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras integram a base de cálculo da COFINS.

Provisão de R\$ 754 decorrente de Auto de Infração lavrado pelo Município de Cascavel/PR pelo não recolhimento do ISS, incidente sobre a prestação de serviços de arrendamento mercantil no período de janeiro de 2005 a abril de 2010. A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda, ante o contexto fático dos autos e fase processual.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2023.....	1.935	6.466	16.079	24.480
Constituição / (reversão).....	3.866	(76)	1.466	5.256
Atualização monetária.....	119	-	-	119
Baixas por pagamento.....	-	(277)	(530)	(807)
Saldo final em 30/06/2024.....	5.920	6.113	17.015	29.048

Em 30/06/2024, o Banco não possui processos cíveis, fiscais e trabalhistas com probabilidade de perdas possíveis.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

• **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

• **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.

• **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos spreads esperados nas referidas operações.

Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na B3 S.A.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

	30/06/2024			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*).....	9.308.651	66.419	157.660	91.241
Total.....	9.308.651	66.419	157.660	91.241
	31/12/2023			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*).....	8.218.651	128.566	(100.208)	(228.774)
Total.....	8.218.651	128.566	(100.208)	(228.774)

(*) Instrumento financeiro classificado como hedge de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de hedge possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
30/06/2024.....	69.698	94.007	(6.045)	157.660
31/12/2023.....	79.034	(154.577)	(24.665)	(100.208)

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de hedge.

O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor nominal corrigido por taxa de juros fixa e recebe o valor nominal corrigido por taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de hedge.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas. A efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado. Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" (mensurado através das metodologias ΔEVE - Delta Economic Value of Equity e ΔNII - Delta Net Interest Income). Quando o gap ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo CNH Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco. Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como hedge de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários
A seguir são apresentados os saldos de reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo da reserva do valor justo no final do semestre / exercício	91.240	(228.774)
Efeitos de impostos diferidos.....	(43.392)	108.799
Ajuste de avaliação patrimonial.....	47.848	(119.975)

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de hedge no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

Resumo das operações de swap em aberto na data de 30 de junho de 2024

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI.....	8.975.000	10.321.971
Taxa 100,00% IPCA Acumulada.....	333.651	426.446
Total	9.308.651	10.748.417
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré.....	9.308.651	10.590.757
Total	9.308.651	10.590.757
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		157.660
Valor de mercado		157.660

c) Instrumentos e objetos de hedge

Especificações	30/06/2024		30/06/2024		Ajuste a valor de mercado
	Valor da curva	Passivo	Valor da curva	Passivo	
Instrumento de hedge	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Swap - DI / IPCA-PRE.....	10.736.070	10.669.651	10.748.417	10.590.757	157.660
Item objeto de hedge	Valor da curva		Valor de mercado		
CDB / LCA / DPGE / LF / CDI...	10.758.165		10.758.188		(23)

* O teste de efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

Especificações	31/12/2023		31/12/2023		Ajuste a valor de mercado
	Valor da curva	Passivo	Valor da curva	Passivo	
Instrumento de hedge	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Swap - DI / IPCA-PRE.....	9.302.255	9.173.689	9.328.039	9.428.247	(100.208)
Item objeto de hedge	Valor da curva		Valor de mercado		
CDB / LCA / DPGE / LF / CDI...	9.344.988		9.345.016		(28)

* O teste de efetividade do item objeto de hedge em relação ao instrumento financeiro derivativo mostrou-se efetivo.

21. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Classificamos os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo utilizando a hierarquia conforme segue:

- Nível 1: as informações são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: as informações são obtidas por meio de outras variáveis, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis, para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- Nível 3: as informações são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

	30/06/2024			
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVOS				
Operações de crédito e arrendamento mercantil	24.952.241	-	-	24.445.846
Instrumentos financeiros derivativos	226.057	-	226.057	-
Títulos e valores mobiliários	19.817	-	19.817	-
Outros ativos financeiros	126.358	-	126.358	-
Total	25.324.473	-	372.232	24.445.846
PASSIVOS				
Depósitos interfinanceiros	656.126	-	658.271	-
Depósitos a prazo.....	2.318.393	-	2.351.935	-
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio...	5.853.023	-	5.839.064	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	5.181.014	-	5.294.338	-
Repasse do país - instituições oficiais.....	6.731.402	-	6.251.625	-
Repasse no exterior	413.979	-	413.377	-
Instrumentos financeiros derivativos	68.397	-	68.397	-
Dívidas subordinadas elegíveis ao capital	745.372	-	955.617	-
Outros passivos financeiros	1.033.430	-	1.033.430	-
Total	23.001.136	-	22.866.054	-

	Valor contábil	31/12/2023		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVOS				
Operações de crédito e arrendamento mercantil	25.652.816	-	-	25.906.898
Instrumentos financeiros derivativos	94.493	-	94.493	-
Outros ativos financeiros.....	121.394	-	121.394	-
Total	25.868.703	-	215.887	25.906.898
PASSIVOS				
Depósitos interfinanceiros	1.981.240	-	1.986.757	-
Depósitos a prazo.....	3.277.428	-	3.320.271	-
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio...	5.326.275	-	5.321.659	-
Obrigações por emissão de letras financeiras	4.200.436	-	4.322.044	-
Repasse do país - instituições oficiais.....	7.055.968	-	6.829.045	-
Repasse no exterior	441.914	-	448.011	-
Instrumentos financeiros derivativos	194.701	-	194.701	-
Dívidas subordinadas elegíveis ao capital	699.394	-	872.667	-
Outros passivos financeiros	831.480	-	831.480	-
Total	24.008.836	-	24.126.635	-

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) Operações de crédito e títulos e créditos a receber** - O valor justo foi estimado com base no valor futuro dos portfólios de crédito e aplicado taxa de desconto composta por custo de captação e spread, conforme detalhado abaixo:
 - Custo da captação das operações não BNDES: representado pelo % do CDI aplicado sobre a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
 - Custo da captação das operações BNDES: como aproximadamente 90% das operações de crédito do BNDES são indexadas à taxa prefixada, para efeitos de marcação a mercado será utilizada a curva de juros futuros extraída da B3 referente à data-base das Demonstrações Financeiras no vértice correspondente ao prazo médio desse portfólio;
 - Spread da operação: abrange impostos, provisão para risco de crédito, despesas operacionais e administrativas e a margem definida nos Comitês de Precificação.
- Para instrumentos financeiros representados por contas a receber de curto prazo, para quais o valor presente dos fluxos de caixas futuros não difere significativamente do valor contábil, presumimos que o valor contábil é uma estimativa confiável do valor justo.
- b) Ativos e passivos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.
- c) Depósitos interfinanceiros** - As transações praticadas interfinanceiras são rotativas, não permanecendo no passivo, assim representa um valor justo da operação e próximo de seu valor contábil.
- d) Depósitos a prazo** - O valor justo dos depósitos a prazo prefixados foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que o Banco oferece na data do balanço.
- e) Obrigação por emissão de letras imobiliárias, letras de crédito do agronegócio e letras financeiras** - foram estimados com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos na data do balanço.
- f) Repasses do país - instituições oficiais** - os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de funding do portfólio.
- g) Instrumentos financeiros derivativos**: têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado divulgados pela B3 na data do balanço.

Análise de sensibilidade

O Banco CNH utiliza a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), como uma das metodologias de análise de sensibilidade ao risco de flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição. Sendo estas flutuações provenientes do risco de taxa de juros, da taxa de câmbio, do preço de ações ou do preço de mercadorias (commodities).

Nesse sentido, a mensuração e a dimensão das exposições ao IRRBB são feitas pela média entre o ΔEVE (delta Economic Value of Equity) e ΔNII (delta Net Interest Income), metodologias padrões estabelecidas na Circular nº 3.876/2018 do Banco Central do Brasil.

Para fins desta publicação, definem-se:

ΔEVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

ΔNII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O quadro abaixo apresenta os valores de sensibilidade para o cenário paralelo de alta e o cenário paralelo de baixa, apurados pelo ΔEVE e ΔNII, referentes à posição da carteira em 30 de junho de 2024:

	ΔEVE		ΔNII	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Cenário paralelo de alta	279.303	297.705	60.532	218
Cenário paralelo de baixa	-	-	59	34.096
Variação máxima	279.303	297.705	60.532	34.096
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	2.408.036			2.419.744

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site https://www.cnhindustrialcapital.com/pt_br através do documento - Relatório de Gestão de Riscos - Pilar 3 - 2º Trimestre de 2024. Este documento / informações não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

22. RESULTADO NÃO RECORRENTE REGULATÓRIO

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do Banco CNH Industrial, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado não Recorrente Regulatório		
Crédito tributário (a).....	1.046	-
a) Reconhecimento de Créditos Tributários sobre ganho em ação judicial de Selic sobre indêbitos.		

23. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução CMN nº 4.958/21, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), com efeito, a partir de 3 de janeiro de 2022. O índice de Basileia para 30 de junho de 2024 é 14,00% (13,08% em 2023). O aumento no índice de Basileia foi basicamente redução na carteira de crédito ponderada (RWA) no semestre.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODDONE INCISA
Presidente

RAFAEL MIOTTO
Membro

FABIOLA TEMPONI
Membro

BIANCA BELOTTI
Membro

HEBERSON GOES
Membro

DIRETORIA

HEBERSON GOES
Presidente

DIOGO BIZINELLI
Diretor

JUCIVALDO FEITOSA
Diretor

REGIANNE VASSÃO
Diretora

CARLOS BERNARDIS
Diretor

MARCELO DALCUCHE
Diretor

COMITÊ DE AUDITORIA

DIOGO BIZINELLI
Presidente

HEBERSON GOES
Membro

JUCIVALDO FEITOSA
Membro

REGIANNE VASSÃO
Membro

DARILENE RAFTOPULUS
Presidente

HEBERSON GOES
Membro

BRUNO NOGUEIRA
Membro

NATALI CASTRO
Membro

COMITÊ DE RISCOS

GUILHERME FONSECA
Presidente

CHRISTIAN ROSSI
Membro

HEBERSON GOES
Membro

CARLOS BERNARDIS
Membro

CONTADORA

JANE BRAZ
CRC PR - 038616/O

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da auditoria interna e auditoria independente.

O Comitê de Riscos avalia e supervisiona a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propõe alterações quando necessárias.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as áreas de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Deloitte Touche Tohmatsu é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões com a participação de representantes das áreas financeira/contábil, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da Administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência; As demonstrações contábeis de 30/06/2024 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 23 de agosto de 2024.

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco CNH"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco CNH, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco CNH. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.f) e nº 6 às demonstrações financeiras, as operações de crédito são classificadas pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Para tanto, o Banco CNH utiliza políticas internas que consideram a definição de "ratings" de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo níveis de inadimplência, premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras e ao uso de estimativas e julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco CNH para as operações de crédito; (b) entendimento dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de "ratings" aos devedores e a suas respectivas operações; (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações e desafio das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, com base em amostragem; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras; e (e) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco CNH dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco CNH, avaliamos o desenho e a implementação dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação do ambiente de tecnologia da informação relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco CNH.

Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram de forma razoável considerar as informações extraídas de determinados sistemas para definirmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco CNH é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco CNH continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco CNH ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco CNH são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco CNH.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco CNH. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco CNH a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 26 de agosto de 2024.